PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA PARTIDÁRIA: UM DEBATE CONCEITUAL

Jessica Silva Facio [1]

Angela Quintanilha Gomes [2]

Resumo:

O presente artigo busca fazer uma discussão teórica sobre o surgimento dos partidos políticos, sua utilidade como principais meios de representação democrática, além de ressaltar sua organização com base em fatores internos a partir das concepções de alguns autores como Giovanni Sartori e Robert Michels. Para tanto, resgata a emergência e a necessidade de métodos representativos que suprissem as demandas da sociedade pelo pensamento de Bernard Manin. Somando a isso, esta argumentação traz à tona o processo ideológico, isto é, de identidade partidária, bem como o reconhecimento pessoal por parte do eleitorado através da figura do candidato. Estas questões possibilitam a visualização de duas abordagens que tratam os partidos políticos como instituições dotadas de fragilidade institucional, ou então, de atributos que os tornam em um meio representativo forte como utilizam Bolívar Lamonier, Rachel Meneguello e Scott Mainwaring. Nesse sentido, este trabalho oferece uma discussão teórica que auxilia no entendimento das funções destes mecanismos extremamente importantes para um regime democrático, os partidos políticos.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Representação; Organização Partidária.

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA PARTIDÁRIA: UM DEBATE CONCEITUAL

[1] Aluno de pós-graduação. jessicacscp.unipampa@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. angelaqg@terra.com.br. Orientador

PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA PARTIDÁRIA: um debate conceitual

1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são considerados essenciais no Brasil, pois a partir da redemocratização houve um reordenamento do sistema partidário. Apesar de recente a democracia brasileira fez com que a sociedade obtivesse novamente meios capazes de representá-la. A representação torna o partido uma opção na competição eleitoral e reproduz no sistema político a participação da população na arena decisória. Nesse sentido, as pessoas se unem através de um ideal e formam uma organização partidária.

No Brasil, há muito tempo são utilizadas duas abordagens relativas aos partidos políticos. A primeira classifica os partidos brasileiros como instituições frágeis, enquanto a segunda considera-os como estruturas organizativas fortes. Desta forma, para entender o que se aplica ao nível do poder local, é importante contextualizar brevemente as particularidades e situações pelas quais os partidos políticos do Brasil passaram até o momento em que se encontram a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

2 METODOLOGIA

Este trabalho aborda alguns autores que trabalham com a literatura de partidos políticos e, portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Apoiado em estudiosos que defendem teorias sobre o surgimento, a finalidade e as abordagens existentes com relação aos partidos o artigo pretende realçar a necessidade de um bom embasamento bibliográfico para a execução de uma pesquisa. Sendo assim, para explorar a temática mencionada a metodologia qualitativa está apoiada no método descritivo.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os partidos políticos surgem inicialmente a partir da dificuldade dos cidadãos em encontrarem meios de representação que refletissem os interesses de diferentes partes da sociedade na arena pública. Eles nascem como instituições dispostas a atender estas divergências, pois um único partido não teria condições de transmitir os desejos das pessoas como um todo. Ao longo do tempo, os partidos políticos foram ganhando visibilidade, sendo devidamente aceitos e legitimados como instituições de extrema importância a um regime democrático. Desta forma, a diversidade de grupos e a pluralidade de pensamentos tiveram maior aceitação das pessoas, sendo necessária a criação de vários partidos que passassem a representar as diferentes formas de ver, pensar e desejar o melhor para a sociedade (SARTORI, 1982).

A representação surgiu com a intenção de fazer com que a sociedade, como um todo, tivesse voz e participasse do mundo político. Para Bernard Manin (1995), ao se institucionalizar o método representativo passou a ter os partidos políticos como os principais meios de representação, tendo inicialmente os laços criados entre representantes e cidadãos, sólidos e confiáveis. Porém, com o passar do tempo essa ideia foi se modificando e atualmente a maioria das pessoas não possui identificação com nenhum partido político. O voto tem se tornado cada vez mais inspirado na figura do candidato do que na posição ideológica de um partido.

Além das mudanças ocorridas no posicionamento da população nas eleições, houve o aumento do direito ao voto, como também da importância dos partidos políticos. Inicialmente,

tais partidos não possuíam organização, mas eram essenciais para que existisse a representatividade e um governo democrático. Desta forma, com o tempo "[...] os programas políticos passaram a ser um dos principais instrumentos da competição eleitoral" (MANIN, 1995, p. 6). O surgimento destes programas além de outros fatores mostrou a necessidade de os partidos se organizarem. Pois desta forma, "A existência de partidos organizados aproximava os representantes dos representados. Os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária" (MANIN, 1995, p. 6).

No momento em que nasce um partido político é necessário colocá-lo em ordem. Isto é, um partido será uma das formas de representação utilizadas pela sociedade. Sendo assim, "O princípio de organização deve ser considerado como a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas" (MICHELS, 1970, p.8). O partido designa a alguns a tarefa de representar os desejos da população e a organização emerge para tornar iguais os cidadãos que fazem parte dela. Conforme Michels "Uma organização forte exige, por razões tanto de técnica administrativa quanto de tática, uma direção igualmente forte" (1970, p. 17). Cabe ressaltar que nenhuma estrutura é igual. A base organizativa dos partidos políticos são diferentes umas das outras. Porém, ao falar dos partidos em geral, todos buscam ganhar a competição eleitoral e chegar ao governo. Há vários objetivos a serem conquistados tanto pelo partido, quanto pelo próprio dirigente, mas o principal objetivo a ser alcançado é o poder político.

Os partidos políticos se remodelam ao longo dos anos. Suas estruturas organizativas não permanecem as mesmas, assim como suas formas de representatividade e de reunião de novos membros. As organizações partidárias crescem ao buscar adicionar mais eleitores aos seus partidos. Nesse sentido, as transformações ocorridas nos partidos políticos fazem com que não somente o interior da organização se modifique. Mas também outras questões que dão vida ao jogo político e que necessitam se adequar às novas mudanças. Desta forma, os partidos buscam mais a competição, causando assim um nível elevado de atividade na política. A aceitação à mudança e a flexibilidade em obter novos eleitores faz com que os partidos políticos sejam considerados organizações que caminham de mãos dadas com a modernidade (DAHL, 1997).

É importante pontuar que a história política brasileira está associada há vários períodos com diferentes sistemas de partidos. Durante muito tempo e até os dias de hoje é possível ver certa identificação pessoal por parte do eleitorado, do que um reconhecimento entre cidadãos e partidos políticos, ou seja, "O cenário resultante é altamente competitivo, mas trata-se de uma competição personalizada [...]" (MELO, 2007, p. 275). Uma conexão entre população e partidos não é considerada uma tarefa fácil. Nesse sentido, o Brasil não está perto de conseguir um quadro partidário estável, pois atualmente conta com alto nível de dispersão das forças partidárias. O sistema vigente hoje no país está muito fragmentado, o que dificulta ainda mais uma possível aproximação entre eleitores e eleitos (MELO, 2007).

O fato de o Brasil possuir um histórico de partidos políticos frágeis relaciona-se a dificuldade do país em ter em suas raízes culturais a política apoiada em tais mecanismos. A modificação dos sistemas e a fraca organização partidária contribuíram para a debilidade dos partidos políticos brasileiros (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). Conforme Mainwaring (2001), a fragilidade dos partidos tem se manifestado na falta de organização e também de uma base estrutural sólida. Comparado a outros países o Brasil está atrasado na questão partidária forte.

Nesse sentido, é necessário entender as causas da debilidade partidária, suas consequências, a fim de identificar alguma forma de corrigi-la. Pois, "[...] partidos fortes e bem enraizados na sociedade são indispensáveis à consolidação democrática" (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 9). Desse modo, cabe analisar os dois casos abordados relativamente à questão partidária no Brasil, perceber as duas visões que tem

posições distintas, uma vez que "Interpretações sobre a consistência dos partidos políticos brasileiros parecem obedecer a um padrão cíclico, enfatizando evidências ora de fragilidade, ora de consolidação das organizações partidárias nacionais" (SANTOS, 2001, p. 69).

Desde o processo de redemocratização o Brasil passou por diversas transformações significativas. Após conviver com diferentes sistemas de partidos, regime militar e até o impeachment de um presidente em um curto espaço de tempo, pode-se notar que houve um considerável avanço na participação política. A representação passou a contar com as classes populares e não somente com opções de voto elitistas. Por mais que ainda haja predominância das classes dominantes foi através desse novo experimento democrático que as massas emergiram para conquistar seu espaço na política brasileira (RODRIGUES, 2009).

Em 1988, com a nova Carta Constitucional foi permitida a criação de outros partidos políticos. O cenário aumentou ainda mais, com a permissão de novos direitos tanto para os partidos quanto para os cidadãos. Popularmente chamada de "Constituição Cidadã", contribuiu para que a sociedade brasileira voltasse a enxergar a democracia como parte do cotidiano e que as leis estariam ali para dar suporte para a um novo recomeço democrático (FLEISCHER, 1997).

Anteriormente ao ano de 1995 os partidos políticos brasileiros possuíam suas estruturas internas submetidas à Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1971, que fazia com que todos os partidos tivessem uma organização o mais semelhante possível. As transformações ocorridas na legislação aconteceram somente a partir de 1979 com o processo de abertura política. A LOPP deixou de vigorar em 1995 onde os partidos conquistaram o direito de uma organização autônoma. Nesse mesmo ano foi promulgada a Lei 9.096 de dezenove de setembro de 1995, com a intenção de assegurar as prerrogativas na defesa dos partidos com base organizacional própria (LEI n. 5.682/1971 – LEI n. 9.096/1995 apud RIBEIRO, 2013). Para tanto, é extremamente relevante para a Ciência Política quanto para a sociedade, esclarecer questões sobre a existência e o funcionamento dos partidos políticos, bem como dos diferentes sistemas e legislações que mostram que a história relativa a estes meios de representação os modificam ao longo do tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explanar diversos fatores com relação à temática, é imprescindível destacar alguns pontos mencionados no decorrer do texto. Os partidos políticos surgem com conceitos e estruturas diversas. Pela ótica de vários autores podem ser considerados como meios de alcançar objetivos, de representação para grupos distintos da sociedade, como instituições essenciais para a democracia, bem como pela busca do poder político. Diante disso, é possível crer que este último quesito é o que faz mais sentido atualmente, aliado a incessantes "conquistas" de poder econômico. Desta forma, identifica-se com certeza que eles se modificam com o passar dos anos.

Nesse sentido, é interessante destacar que há inúmeras razões que levam diversos autores a oscilarem entre abordagens que destacam os partidos como fortes ou fracos. É perceptível que tais meios de representação passam por ciclos, onde se encontram em situações de fragilidade e fortaleza. Isto está enraizado na história política do Brasil. Diversos tipos de sistemas, regimes e governos. Períodos separados por extremidades democráticas e autoritárias. A quantidade de fatos específicos ocorridos no país proporcionam variadas mudanças e o conhecimento destas modificações conduz ao entendimento do contexto em que se vive hoje.

A proposta de um debate conceitual sobre os partidos políticos disponibiliza a retomada de questões importantes para observar a conjuntura política atual. A ideia de trazer

uma discussão teórica sobre o surgimento dos mesmos vislumbra um viés diferente do que é visto no momento. Hoje em dia, observa-se partidos e candidatos com um significado distinto do seu surgimento. Parece que a intenção inicial de representatividade política vinculada aos partidos se perdeu com o tempo e está cada vez mais difícil de recuperá-la.

REFERÊNCIAS

DAHL, Robert A. **Poliarquia:** Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. 1997. In. AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro:** uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática:** o caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias:** o caso do Brasil. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, 1995.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara. **A democracia brasileira:** balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MICHELS, Robert. **Os partidos políticos.** São Paulo: Editora Senzala, 1970.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política.** n. 10. Brasília, 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, André Marenco dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 16 n. 45, 2001.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982.